

Brasil paga e busca acordo com os bancos

-2 FEV 1988

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo decidiu pagar hoje aos bancos credores privados internacionais a quantia de US\$ 350 milhões, correspondente a cerca de 37% dos juros vencidos no mês de janeiro último, de aproximadamente US\$ 930 milhões, numa tentativa de desobstruir os canais de negociação em busca de um acordo de refinanciamento dos juros da dívida externa no médio prazo.

Essa foi uma decisão unilateral, sem contrapartida dos credores internacionais, anunciada ontem em nota oficial do Ministério da Fazenda como uma maneira de se chegar a um acordo definitivo.

"Fazer um acordo rápido não significa um acordo a qualquer custo", sublinha a nota oficial, que menciona a demora no processo de negociação, seja em decorrência da procura de soluções provisórias para o pagamento dos juros, seja "pelo clima de desconfiança que ainda subsiste entre os nossos credores".

O ministro anuncia na nota oficial que "o País inicia uma nova fase de suas negociações externas", acentua que é preciso marcar "esse novo começo com um gesto de determinação e confiança", promete que o País poderá fazer novos pagamentos e acena com a possibilidade de manter os juros em dia, se os credores derem seu "apoio", durante o período das negociações, até a entrada em vigor do acordo que vier a ser celebrado. Esse período, de quatro a cinco meses, teria de ser coberto com uma contrapartida dos bancos credores, e uma hipótese tentada foi a montagem de um empréstimo-ponte. O que ficou entendido da decisão de ontem, porém, foi que o ministro da Fazenda não pretende explorar alternativas de acordos provisórios, mas trabalhar no acordo definitivo de refinanciamento dos juros para este ano e, se possível, para o ano que vem.

"Uma vez concluído o protocolo sobre o acordo de médio prazo, o Brasil contará com a previsão do montante da contribuição dos bancos credores ao financiamento externo e com indicação dos recursos que poderão ser antecipados a partir da conclusão deste protocolo."

Pelo programa estabelecido no Ministério da Fazenda, a primeira etapa das quatro que o Brasil cumprirá no processo de negociação termina com a assinatura do protocolo com os bancos privados internacionais, que é a base da negociação que, depois, será subscrita pelos bancos, um a um, processo que deve demorar alguns meses.

A segunda etapa da negociação passa pela retomada dos contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — em meados deste mês segue uma missão técnica do Brasil para Washington para uma troca de informações — e organismos financeiros internacionais, para obter ingressos líquidos de recursos.

No ano passado, cita a nota oficial, o Banco Mundial recebeu em pagamentos US\$ 600 milhões mais do que emprestou ao País. "Essa situação precisa ser revertida." Em seguida, o

governo pretende fazer um acordo com o Clube de Paris, para refinaranciar a dívida e receber créditos das agências oficiais e, por fim, "o processo de normalização culminará com a avaliação e eventual adoção de instrumentos financeiros novos".

Nas cinco páginas da nota oficial o Ministério da Fazenda justifica a decisão de depositar US\$ 350 milhões no Citibank de Nova York, hoje, para ser rateado entre os credores privados, assinala que "é hora de voltar à normalidade" e espera que "os credores reajam de modo positivo e construtivo".

(Ver página 14)

A reunião de ontem do presidente com seus ministros, no Planalto (ver abaixo), foi concebida "para ter conseqüências" — ao contrário de várias reuniões similares anteriores —, por uma boa razão: ela faz parte do acordo para a dívida externa negociado, nas últimas semanas, com o Fundo Monetário Internacional. A informação foi obtida pela editora Mariângela Hamu junto a uma fonte credenciada do governo.

(Ver página 3)